

POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSISTÊNCIA DA RURALIDADE: O CASO DO PNAE NO MUNICÍPIO DE LAGES.

Silvia Danieli Werter¹, Moisés Savian², Patrine Souza³, João Fert Neto⁴

¹Acadêmica do Curso de Agronomia - CAV – bolsista PIVIC/UDESC.

²Professor Participante do Departamento de Agronomia – CAV.

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS.

⁴Orientador, Departamento de Engenharia Florestal - CAV – joão.fert@udesc.br.

Palavras-chave: Ruralidade. Política pública.

Segundo dados do IBGE (2010), cerca de 30 milhões de pessoas vivem no meio rural, sendo que 25% dessa população é classificada como pobre. Embora se encontre em sua maioria nas regiões Norte e Nordeste, o fenômeno da pobreza rural se expressa também na região Sul. De forma mais peculiar, aparece nas microrregiões onde predominam os latifúndios, destacando-se os campos de Guarapuava (PR), as regiões das Missões e da Campanha (RS) e o Planalto Serrano, em Santa Catarina. Além do fenômeno da pobreza, a população rural da região sofreu um intenso êxodo rural, principalmente nas décadas de 60 e 70. Neste período, a causa do abandono do campo na região de Lages foi apontada como sendo o fim do ciclo da madeira e o fechamento das serrarias, junto com a falta de opções de ocupação no meio rural. O meio urbano, por sua vez, se apresenta como alternativa, além de dispor de atrativos como o acesso facilitado à saúde, educação, serviços, etc. Esse processo de urbanização tem acarretado não somente uma perda em relação ao espaço rural, mas também uma perda de ruralidade em termos culturais, na medida em que as bases físicas de manutenção da vida cultural e dos valores sociais vão se perdendo (BLOEMER, 2000). Conforme Durán (1998), o termo ruralidade pode ser entendido como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano. Nesse contexto de perda da ruralidade, é possível identificar contra tendências, estratégias que configuram a resistência e permanência de camponeses em sua ruralidade. Uma das contra tendências consiste no desenvolvimento/implantação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. As políticas públicas se apresentam enquanto normas e orientações que visam nortear a ação do poder público, direcionando as mediações entre os atores da sociedade e o Estado. No meio rural buscam potencializar essas mediações a fim da viabilização econômica e social dos agricultores familiares, indivíduos que historicamente foram marginalizados pelos processos de modernização da agricultura. Nesse cenário de políticas, apresenta-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o mais antigo programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta pesquisa teve como foco de estudo a avaliação do PNAE a partir de uma perspectiva sociológica. Para tanto, utilizou-se a abordagem teórico-metodológica de Pierre Bourdieu, através dos conceitos de *habitus*, capitais e reprodução social. As hipóteses de trabalho levantadas foram: a) a política pública PNAE contribui para a persistência da ruralidade através

do aumento do capital social e do fortalecimento de um *habitus* camponês em uma região onde não há predominância da agricultura familiar no seu processo histórico de formação; b) a política pública apresenta uma função exclusivamente econômica, facilitando a escoamento da produção a preços justos. O universo de pesquisa compreendeu 11 famílias de agricultores familiares participantes do PNAE no município de Lages. Para a coleta de dados utilizou-se questionários semiestruturados, observação participante e impressões através de diálogos e acompanhamento de atividades. As entrevistas foram realizadas sob a técnica ‘bola de neve’. Através da coleta de dados observou-se que todos os participantes do PNAE além de residirem no campo, possuem origem no meio rural. Identificaram-se dois grupos marcadamente distintos de agricultores, um composto por indivíduos mais velhos, já aposentados e outro representado por agricultores mais jovens. Entre os mais velhos, foi recorrente o relato de terem residido e trabalhado no meio urbano por algum tempo e, após o esgotamento dessa possibilidade, retornaram ao campo. O PNAE pareceu ser menos crucial para esse grupo de agricultores, uma vez que esses encontram na aposentadoria uma renda fixa mensal. Durante as entrevistas foi possível apreender sinais de esgotamento físico do grupo mais senil, evidenciado em relatos sobre a pouca ou nenhuma perspectiva de investimentos para a propriedade. Quando questionados sobre o PNAE ser ou não decisivo para a permanência no campo, todos os agricultores reconhecem a importância da renda advinda do Programa, porém declaram ao mesmo tempo, que a participação não é decisiva para a permanência na propriedade, ou seja, mesmo sem a renda do PNAE, continuariam no local. Deste fato, podemos deduzir que outros fatores que não são somente econômicos sustentam as relações existentes entre os agricultores, a persistência de sua ruralidade e a política pública em questão. A identidade camponesa, dessa forma, não surge nos agricultores a partir da implantação da política pública, mas sim é reforçada pela mesma. Ao que tudo indica a política pública PNAE contribui para a formação de um *habitus* camponês, em especial no grupo de indivíduos mais jovens. Uma jovem agricultora de 18 anos evidenciou em suas falas a representação do *habitus* camponês, reforçando a importância da política para a permanência no meio rural. Quando questionada sobre os motivos da participação no PNAE, ela relatou: “*é uma fonte de renda, uma alternativa, e também um meio de não precisar estar saindo do campo; não só pela renda, mas é uma satisfação que a gente tem de estar aqui entregando o alimento. Pra mim não é um trabalho, é uma satisfação*”. É importante levar em consideração a construção do discurso camponês a partir da intervenção da política pública, tornando o sujeito que até então era considerado um “mero” agricultor, em um fornecedor de alimentos saudáveis, por exemplo. Um elemento fundamental é que todos os entrevistados se objetivam enquanto agricultores, ou seja, assumem esta condição. Depreende-se através dessa pesquisa, estruturada através de um estudo de caso, que o PNAE se configura enquanto uma estratégia de resistência e permanência da ruralidade.